

Patrimônio escolar e representações sociais: o centenário do Grupo Escolar Conselheiro Mafra em Joinville (SC)

School heritage and social representations: the centenary of Conselheiro Mafra School Group in Joinville (SC)

Patrimonio escolar y representaciones sociales: el centenario del Grupo Escolar Conselheiro Mafra en Joinville (SC)

Cibele Piva Ferrari¹
Celso João Carminati²

¹ Licenciada em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille), pós-graduada em Gestão Escolar pela Universidade Regional de Blumenau (Furb) e mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille (bolsista Capes). Atualmente é aluna do Programa de Doutorado em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), linha de pesquisa História e Historiografia da Educação. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac/Univille).

² Licenciado em Filosofia pela Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina, mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estágio sanduíche na Università degli Studi di Milano (Itália), pós-doutor pela Università degli Studi di Bergamo (Itália) e pela Universidade de Lisboa (Portugal). Foi bolsista de Estágio Sênior no Exterior/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). É professor da Udesc e leciona no curso de graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado. Membro do Grupo de Pesquisa Observatório de Práticas Escolares (Faed/Udesc).

Resumo: Os grupos escolares foram a primeira ordenação do ensino catarinense no período republicano, e os prédios foram construídos nas áreas centrais das principais cidades, possibilitando a eles grande visibilidade social. O Grupo Escolar Conselheiro Mafra, inaugurado em 1911 em Joinville (SC), foi a primeira das sete instituições que compõem a primeira geração dos grupos escolares em Santa Catarina. O presente artigo apresenta uma pesquisa que procurou identificar e analisar as representações sociais sobre o colégio Conselheiro Mafra. Analisaram-se as reportagens veiculadas pelo jornal *A Notícia* por ocasião do centenário do colégio, as quais foram publicadas entre 31 de outubro e 15 de novembro de 2011, contando histórias e trazendo depoimentos e fotografias para comemorar esse marco. As reportagens apresentam indícios das representações dos indivíduos sobre esse patrimônio cultural escolar inserido no cotidiano contemporâneo da cidade. Com base nisso, propõe-se uma problematização desse grupo escolar enquanto patrimônio escolar catarinense, por ser um dos prédios que representam o projeto republicano de modernização do país, que por meio da escola buscou imprimir sua visão de mundo e a formação de indivíduos que fizessem parte do novo modelo de nação. Mesmo com alterações na denominação da escola, o nome “grupo escolar” ainda é uma representação muito forte desses espaços.

Palavras-chave: patrimônio escolar; representações sociais; grupo escolar.

Abstract: School groups were the first teaching order in Santa Catarina during the republican period. The buildings were built in the central areas of the main cities, allowing them to have a high social profile. The Conselheiro Mafra School Group in Joinville/SC was the first of seven institutions that make up the first generation of school groups in Santa Catarina, inaugurated in 1911. This article presents a research that sought to identify and analyze the social representations about Conselheiro Mafra College. We analyzed the reports published by the newspaper *A Notícia* on the occasion of the centenary of the college, when reports were published between October 31 and November 15, 2011, telling stories, bringing testimonies and photographs to commemorate this mark. These reports present evidence of the individuals' representations about this cultural heritage inserted in the contemporary everyday life of the city. Within this, a problematization of this school group as Santa Catarina's school heritage is proposed, considering that it is one of the buildings that represent the republican project of modernization of the country, which, from the school, tried to print its vision of the world and the formation of individuals who were part of this new model of nation. Even with changes in the name of the school, the name School Group is still a very strong representation of these spaces.

Keywords: school heritage; social representations; school group.

Resumen: Los grupos escolares fueron el primer modelo de ordenación del centro de estudios catarinense en el período republicano y las edificaciones fueron construidas en las áreas centrales de las principales ciudades, posibilitando que tuviesen una gran visibilidad social. El Grupo Escolar Conselheiro Mafra en Joinville / SC, fue el primero de los siete grupos que componen la primera generación de los grupos escolares de Santa Catarina, inaugurado en 1911. El presente artículo presenta una investigación que busca identificar y analizar las representaciones sociales sobre el colegio Conselheiro Mafra. Para esto se analizaron los reportajes publicados por el periódico *A Notícia* entre el 31 de octubre y el 15 de noviembre de 2011, en ocasión del centenario del colegio, los cuales incluían historias, testimonios y fotografías para celebrar el evento. Estos reportajes presentan indicios de las representaciones

de los individuos sobre este patrimonio cultural escolar incorporado en la realidad contemporánea cotidiana de la ciudad. En base a esto se propone una indagación del grupo escolar como patrimonio escolar catarinense, considerando que se trata de una de las edificaciones que representan el proyecto republicano de modernización del país, que a partir de la escuela buscó imprimir su visión de mundo y la formación de individuos que fueran parte de este nuevo modelo de nación. Incluso con cambios en la denominación de la escuela, el nombre “grupo escolar” aún es una representación muy fuerte de estos espacios.

Palabras clave: patrimonio escolar; representaciones sociales; grupo escolar.

REPRESENTAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO ESCOLAR: CAMINHO PARA UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA DA ESCOLA

A escola é um lugar de produção de cultura, que se torna objetiva nas práticas operacionalizadas nos processos formativos. Essas ações se materializam nos espaços, objetos, e outros documentos que são parte do patrimônio cultural da escola. Este está relacionado a modos de sociabilidade vividos nas instituições da formação básica e emerge de uma cultura compartilhada, passando a ser patrimônio comum. Os vestígios materiais da escolarização são indícios visíveis do passado da educação, testemunhos da experiência, indiciadores de práticas, elementos identitários da memória da escolarização.

Escolano Benito (2010) destaca que o patrimônio material, como registro empírico das práticas culturais de determinado período, pode gerar uma nova intelectualidade coletiva, de caráter emancipatório e crítico, para tornar reflexivamente compreensível a história e orientar a prática dos indivíduos. O patrimônio escolar é, então, um reservatório para ilustrar às novas gerações o conhecimento dos modelos pedagógicos que informam sobre as práticas de ensino no passado, auxiliando a compreender que toda educação é histórica e atual, sustentada em avanços tecnológicos que com o peso dos anos passam a ser referência de um passado a ser rememorado.

O presente artigo apresenta uma pesquisa que procurou identificar e analisar as representações sociais sobre o colégio Conselheiro Mafra, em Joinville (SC). Analisaram-se as reportagens veiculadas pelo jornal *A Notícia* por ocasião do centenário do colégio, as quais foram publicadas entre 31 de outubro e 15 de novembro de 2011, contando histórias e trazendo depoimentos e fotografias para comemorar esse marco. As reportagens apresentam indícios das representações dos indivíduos sobre esse patrimônio cultural escolar inserido no cotidiano contemporâneo da cidade. Elas foram desenvolvidas pela jornalista Gisele Krama³, que contou com o auxílio de um grupo formado pelo colégio para a comemoração do centenário da Escola de Ensino Básico Conselheiro Mafra. Tal grupo era composto por professoras aposentadas e outros profissionais, que começaram a organizar o evento um ano antes.

Com base em tais dados, propõe-se uma problematização desse local enquanto patrimônio escolar catarinense, por ser um dos prédios que representam o projeto republicano de modernização do país, que por meio da escola buscou imprimir sua visão de mundo e a formação de indivíduos que fizessem parte desse novo modelo de nação. Mesmo com alterações em sua denominação, o nome “grupo escolar” ainda é uma representação muito forte desses espaços.

³ Gisele Krama é jornalista formada pela Associação Luterana Bom Jesus/Ielusc e mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No período de produção das reportagens especiais ela atuava no jornal *A Notícia* de Joinville. Atualmente é funcionária do governo estadual em Santa Catarina.

O GRUPO ESCOLAR CONSELHEIRO MAFRA EM JOINVILLE: A REPÚBLICA NA VITRINE

A partir de 1911 foram inaugurados os grupos escolares em Santa Catarina, com pompa e circunstância, com a intenção de sintonizar os catarinenses com o projeto civilizador da República por meio da educação (GASPAR DA SILVA; TEIVE, 2009). Ao instruir nos princípios da moralidade e do civismo e possibilitar o acesso a conhecimentos científicos básicos em modernas e sofisticadas instalações e materiais pedagógicos, “objetivava-se integrar (seja o imigrante, seja o ‘nativo’), nacionalizar, higienizar, racionalizar o homem e a pólis” (GASPAR DA SILVA; TEIVE, 2009, p. 32). Pode-se dizer, de acordo com Gaspar da Silva (2006), que estão refletidas as características políticas, legais e administrativas da República na estrutura técnico-pedagógica dos grupos escolares.

O Grupo Escolar Conselheiro Mafra – a primeira das sete instituições que compõem a primeira geração dos grupos escolares em Santa Catarina – foi inaugurado em 1911, exatamente no 22.º aniversário da Proclamação da República. Para Teive e Dallabrida (2011), esse momento sinalizou o coroamento das transformações significativas no campo do ensino primário desde que Vidal Ramos havia contratado Orestes Guimarães como consultor para a implementação dos grupos escolares no estado, e também foi um importante marco na republicanização do estado de Santa Catarina. Nos dois anos seguintes foram inauguradas as outras seis escolas: Grupo Escolar Jerônimo Coelho, em Laguna (1912); Grupo Escolar Lauro Müller, em Florianópolis (1912); Grupo Escolar Vidal Ramos, em Lages (1913); Grupo Escolar Silveira de Souza, em Florianópolis (1913); Grupo Escolar Victor Meirelles, em Itajaí (1913); e Grupo Escolar Luiz Delfino, em Blumenau (1913). Nos demais municípios catarinenses as escolas isoladas e reunidas continuaram funcionando (GASPAR DA SILVA; TEIVE, 2009). Os nomes dos grupos escolares homenageiam pessoas influentes no cenário político, e as inaugurações foram feitas com suntuosidade. A instituição dos grupos escolares significou a consagração de um novo e moderno modelo de educação primária, diferenciado das escolas isoladas e unidocentes, como apontam Teive e Dallabrida (2011).

O ideário defendido pelos republicanos colocava em xeque as estruturas herdadas dos tempos do Império. A nação precisava ser reconstruída, e a educação era considerada um importante meio para afirmar e reproduzir os ideais republicanos, mediante adequação e apropriação de modelos e métodos educacionais importados. Respondiam por parte dessas expectativas a criação e a inauguração de escolas, e o modelo produzido foi o dos grupos escolares. De acordo com os princípios da pedagogia moderna, a necessidade evidente era a de uma escola primária seriada, graduada, inserida em lugar e tempo específicos, ficando, enquanto ideal hegemônico, definido como o lugar social da infância na Primeira República (SCHUELER; MAGALDI, 2009).

Os grupos escolares eram chamados de templos de saber e também de templos de civilização, nomes que representavam os princípios republicanos implantados na sociedade da época por meio da educação, renovada com base em um ideal de escola. Implantados nas cidades de maior porte de Santa Catarina, os prédios construídos para os grupos escolares representavam monumentalmente tais princípios, conforme destacado por Gaspar da Silva e Teive (2009, p. 39): “A imponência dos prédios, sua localização no centro das cidades, o fato de terem sido considerados ‘Vitrines da República’ [...]”. Eles serviam como símbolos da força política e registro da ação governamental, disseminando o ideal de escola que possibilitaria chegar ao progresso, à modernidade e à redenção propostos pelos republicanos, reinventando as cidades (GASPAR DA SILVA, 2006).

Inspirada na experiência pioneira de modernização do ensino primário em São Paulo, a arquitetura dos prédios também era representante do ideário republicano na educação naquele momento, conforme aponta Gaspar da Silva (2006):

A construção dos edifícios que abrigariam os grupos escolares deveria ocupar mais ou menos a parte central da cidade, com localização e orientação que garantissem aos alunos ar puro e salubre, bastante luz, com paredes sobre as quais incidissem diretamente os raios solares, com aspecto risonho, porém, modesto, sóbrio e sem ornamentos, cornijas etc.; com ajardinamento na frente e arborização nas áreas dos recreios.

Os prédios foram projetados para educar, e faziam isso tanto em relação aos princípios e materiais pedagógicos que se acumulavam nas experiências em formação quanto nas dimensões visuais que se formavam no imaginário da população. Assim, aos poucos se acreditou que a escola fosse renovada dentro dos padrões republicanos por meio dos grupos escolares, formando os cidadãos dignos e necessários à República. Evidenciou-se em toda a sociedade uma educação, tanto pela presença quanto pela ausência, se considerarmos os grupos sociais excluídos do processo republicano de renovação da educação. Os prédios dos sete grupos escolares da primeira geração de Santa Catarina representam não apenas a ideia de escola que surgiu com esse projeto, como também uma série de relações e tensões sociais a partir da sua implantação nos centros urbanos. Tais prédios deixaram impressas no cotidiano da cidade contemporânea essas relações, que estão presentes em memórias, identificações e representações do que significou na vida dessas pessoas e do que significa na contemporaneidade, tendo em vista que a escola é algo muito forte na memória social.

Esses bens representam um passado, e ao serem considerados como patrimônio cultural é relevante analisá-los com base nos processos sociais de apropriação e representação ocorridos na vida contemporânea das seis cidades em que se localizam. Novos usos foram feitos e novos modelos educacionais circularam nesses espaços, e isso também faz parte da constituição destes enquanto patrimônio cultural. Eles representam hoje em dia parte da história das cidades, inseridas em um contexto republicano no início do século XX, bem como da história da educação no estado e da noção de educação instituída pelo modelo idealizado na Primeira República. Os grupos escolares funcionaram em Santa Catarina até a década de 1970, quando foram substituídos pela escola de primeiro grau, pela Lei n.º 5.692/1971 (GASPAR DA SILVA; TEIVE, 2009).

O Grupo Escolar Conselheiro Mafra foi instalado em 15 de novembro de 1911 e serviu como modelo para os demais grupos escolares de Santa Catarina. O “pioneirismo de Joinville devia-se, em boa medida, ao fato de o professor Orestes Guimarães ter atuado, entre 1907 e 1909, como reformador do Colégio Municipal de Joinville” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 37). Suas origens remontam à Escola do Padre Carlos Boegershausen, o primeiro vigário católico contratado no período da colonização de Joinville. Dedicado à educação, sua escola funcionou por 22 anos em vários lugares e foi uma das primeiras escolas em Joinville no século XIX (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005). Após mobilização dos joinvilenses, em 1880 foi inaugurado um local definitivo para o funcionamento da chamada escola do padre. Com o falecimento de Carlos Boegershausen em 1906, o Superintendente Municipal Abdon Batista contratou Orestes Guimarães para inaugurar o Colégio Municipal de Joinville e ser seu diretor, tendo iniciado as atividades em 6 de abril de 1907 (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005). Com a implantação dos grupos escolares em Santa Catarina, o colégio foi reformado e adaptado para ser o Grupo Escolar Conselheiro Mafra, e Orestes Guimarães foi contratado pelo governo estadual como consultor na construção da rede de ensino. A chamada escola do padre passou a ter caráter estadual (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005). As mudanças dirigidas por Orestes Guimarães no colégio, entre elas a supressão da divisão entre alemães e brasileiros, quatro classes de ensino para cada gênero e uniformização do programa, foram um ensaio da reforma estadual por ele liderada (TEIVE; DALLABRIDA, 2011).

O prédio do Colégio Municipal de Joinville foi reformado para ser o Grupo Escolar Conselheiro Mafra, em homenagem a Manuel da Silva Mafra, deputado e ministro da

justiça no Império, que defendeu Santa Catarina nas disputas territoriais com o Paraná, na chamada Questão do Contestado (TEIVE; DALLABRIDA, 2011). O prédio era imponente, e à arquitetura de corte germânico foram feitas alterações para adequá-lo à nova era no ensino primário em Santa Catarina, “marcada pela escolarização graduada materializada em prédios grandes e modernos” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 37). Com o aumento das matrículas, o grupo foi transferido para um novo prédio na Rua Conselheiro Mafra em 1935, e em seu antigo prédio passou a funcionar a Prefeitura de Joinville (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005). Além de concretizar a modernização do ensino primário catarinense em Joinville, o estabelecimento do Grupo Escolar Conselheiro Mafra criou expectativas em outras grandes cidades catarinenses (TEIVE; DALLABRIDA, 2011).

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PATRIMÔNIO ESCOLAR: FERRAMENTAS PARA ANÁLISE DESSES BENS

Os grupos escolares foram a primeira ordenação do ensino catarinense no período republicano, e os prédios foram construídos nas áreas centrais das principais cidades, o que possibilitou a eles grande visibilidade social, caracterizando uma representação de escola que não era acessível à maioria da população, mas que esteve presente no imaginário de sua maior parcela (GASPAR DA SILVA, 2006). São apontados por Gaspar da Silva (2006) como vitrines da República, expondo um produto que não estava à venda, disponível para poucos, e que mesmo assim deveria ser reverenciado e admirado. Na década de 1970 os grupos escolares foram substituídos pela escola primária e seus prédios foram ressignificados no contexto urbano. Compreender esses prédios enquanto patrimônio cultural abrange a discussão do conceito republicano de educação, tendo em vista que a materialidade é indiciadora de uma prática pedagógica, bem como dos processos históricos relacionados a esses bens.

Estudar a constituição do patrimônio cultural e a sua relação com a sociedade é um caminho para conhecer a própria sociedade (ABREU; CHAGAS, 2009). Um patrimônio cultural é constituído a partir do momento em que lhe é dado algum valor simbólico, permitindo o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008). A atribuição de valores e os processos de escolha dos bens a serem considerados como referência estão envolvidos em disputas sociais relacionadas à designação de um passado digno de ser lembrado, de uma identidade a ser preservada e difundida. Por meio do estudo desses bens e do contexto histórico-social em que estão inseridos é possível compreender como se constituem enquanto patrimônio cultural e o papel que ocupam na vida social na contemporaneidade.

Para Candau (2011), o patrimônio é uma prática de memória que segue o movimento dela e acompanha a construção de identidades. Salvadori (2008) afirma que o patrimônio serve como suporte da memória, capaz de produzir identidades determinadas pelo modo como os indivíduos se apropriam da realidade histórica que os cerca e pelas relações sociais que ocorrem no espaço. Sandra Pellegrini (2009, p. 23) concorda com a importância que o patrimônio e as memórias que ele carrega têm para a formação da identidade, afirmando que os bens culturais tomados como legados recebidos do passado, vivenciados no presente e transmitidos às gerações futuras reúnem “referenciais identitários, memórias e histórias – suportes preciosos para a formação do cidadão”.

Dessa forma, o patrimônio cultural pode ser traduzido nas manifestações materiais e imateriais de uma coletividade, abrangendo os bens simbólicos de todos os grupos, e os bens preservados devem estar à disposição e usufruto de todos (CANCLINI, 2008). O patrimônio é um campo onde conflitam interesses; o patrimônio edificado, as práticas culturais, entre outros, são aspectos que demandam interesses de valoração e preservação, influenciando diretamente no cotidiano dos indivíduos.

As memórias e referências do passado fundamentam, por um lado, a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. E, por outro, evidenciam diferenças culturais que podem favorecer a aceitação da diversidade como valor essencial para o indivíduo em sociedade (PELLEGRINI, 2009, p. 23).

Françoise Choay (2006) considera também que o patrimônio cultural expressa as identidades e as memórias de uma sociedade e contribui para mantê-las e preservá-las, daí a noção de que sejam referentes à nação, ao grupo, à comunidade, sendo o patrimônio a materialização do que deve ser transmitido às gerações futuras, expressão da história de um povo. Resultante de relações sociais, o patrimônio é sempre fruto de escolhas de quem tem o poder de optar por qual memória e identidade são dignas de serem preservadas e difundidas. O campo do patrimônio cultural é, de fato, complexo; nele diversos interesses e formas de interpretação convivem e conflitam. Esse conceito é dinâmico, está em constante processo de elaboração, e segundo o historiador francês Jacques Le Goff (1990) o registro e a decisão pela preservação são tanto produto quanto testemunho de um determinado contexto e das situações de poder que envolveram as escolhas.

Zita Possamai (2012) informa que, ao estudar o patrimônio da educação considerando-o produto e vetor das relações sociais, é possível que ele receba novos usos e significados no contexto em que está inserido. Busca-se, desse modo, “melhor compreendê-lo, retirando-o da naturalização, percebendo sua historicidade e seus múltiplos caminhos de apropriação social” (POSSAMAI, 2012, p. 119). E é assim que esses bens, ao serem estudados e analisados, poderão alcançar relevância social na contemporaneidade.

Diante disso, pode-se compreender o patrimônio cultural como resultado de escolhas das práticas culturais representadas na materialidade e na imaterialidade de uma sociedade que merecem ser preservadas e difundidas; tais escolhas são fruto de disputas e jogos de poder. Para estudar o patrimônio cultural, deve-se levar em conta o que ele significa no contexto em que está sendo analisado, como se constituem as lutas políticas e sociais em torno dele, que são produtos das representações sociais construídas em determinado momento e local a respeito do próprio patrimônio cultural.

Acredita-se que, para uma melhor compreensão do patrimônio cultural, considerando suas dimensões histórica e social, e também as relações estabelecidas pelos indivíduos, a prática interdisciplinar seja a forma de estudo que favorece uma visão mais completa. Estudar o patrimônio cultural por meio da investigação das representações sociais é uma das possibilidades interdisciplinares que promovem uma compreensão ampla do objeto de estudo, tendo em vista que “as representações permitem acesso às dimensões simbólicas, culturais e práticas dos fenômenos sociais” (ALMEIDA; JODELET, 2009, p. 105). A produção historiográfica sobre o tempo presente encontra nessa teoria uma forma de compreender como os aspectos históricos influenciaram a organização das sociedades na contemporaneidade.

De acordo com Serge Moscovici (2009, p. 40), que desenvolveu a Teoria das Representações Sociais na Psicologia Social na década de 1960, “todas as interações humanas pressupõem representações e é isso que as caracteriza”. Maria Cecília de Souza Minayo (2009, p. 89) afirma que nas Ciências Sociais as representações são definidas como “categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”, e que estão inseridas no jogo de interesses e disputas sociais. Para Moscovici (2009, p. 30), a Psicologia Social é uma manifestação do pensamento científico que busca compreender em um contexto social como os indivíduos reagem a fenômenos, a pessoas e a acontecimentos, uma vez que o processamento de informações é socialmente influenciado. Silvia Lane (1989), pesquisadora da Psicologia Social no Brasil, define Psicologia Social como a ciência que estuda o comportamento humano, bem como os processos mentais (emoções e formas de pensar, por exemplo), e afirma que ela é a disciplina específica que estuda o comportamento humano

enquanto socialmente influenciado, suas concepções de mundo, a relação com a linguagem e os valores assimilados. Para ela, essa influência social é percebida, principalmente, a partir da aquisição da linguagem, possibilitando ao indivíduo que se expresse e compreenda o seu mundo pelos sistemas complexos de comunicação, pois “as palavras, através dos significados atribuídos por um grupo social, por uma cultura, determinam sua visão de mundo, um sistema de valores, e, conseqüentemente, ações, sentimentos e emoções decorrentes” (LANE, 1989, p. 9).

O estudo das representações sociais pode propiciar o levantamento e a análise da configuração do pensamento social contemporâneo e de como ele é construído, pois elas são definidas como categorias de pensamento que buscam expressar a realidade, construindo explicações e justificativas, fomentando novos questionamentos. As representações sociais estão relacionadas com a realidade social e histórica e contribuem para a sua construção. O estudo da configuração social possibilita compreender as estruturas e os códigos da sociedade na qual os indivíduos estão inseridos. Proporciona também a análise do comportamento deles perante o objeto de pesquisa, pois segundo Moscovici (2009) as representações são produtos e também processos no contexto das interações sociais. São produtos por possuírem conteúdos, organizados em temas que incidem sobre a realidade, e são processos pois se trata também de um movimento de apropriação dessa realidade. As práticas culturais geram as representações, que por sua vez produzem novas práticas.

As representações sociais são importantes ferramentas no estudo dos bens patrimoniais e da educação, na medida em que se conhece a relação que a sociedade mantém com esses bens e o que pensa sobre a educação. Com base no olhar sensibilizado para a memória social que oportuniza o diálogo entre a materialidade do patrimônio escolar e essas relações sociais será possível apreender tais representações (ESCOLANO BENITO, 2010). O patrimônio cultural deve ser problematizado, e acredita-se que a memória e as representações sociais sejam fontes relevantes para esse exercício de reflexão sobre a contemporaneidade ancorado nos bens patrimoniais e nas relações sociais decorrentes da interação dos indivíduos com eles.

Assim, articulando as dinâmicas das representações sociais aos processos de constituição da materialidade cultural dos grupos escolares, incitam a compreensão dos ordenamentos, dos comportamentos e são indicadores de práticas, bem como possibilitam inúmeras leituras na contemporaneidade. O estudo dos grupos escolares enquanto patrimônio cultural escolar, nesse caso específico pela via de reportagens veiculadas no principal jornal da cidade quando foi comemorado o centenário do Grupo Escolar Conselheiro Mafra⁴, apresenta indícios da representação dos indivíduos sobre esse importante prédio escolar, também denominado templo de civilização.

Investigar a história da educação com base em sua materialidade é algo que segundo Zita Possamai (2012, p. 116) tem crescido nos últimos anos e ampliado “consideravelmente as possibilidades de compreensão dos processos educativos na sociedade brasileira”. A edificação escolar é considerada o bem de maior vulto, e por meio dela é possível discutir sobre as apropriações sociais diversas no presente, o que pode motivar a sua preservação (POSSAMAI, 2012). O patrimônio cultural escolar que pode ser estudado dentro da história da educação é uma construção histórica e social, não apenas um conjunto de bens culturais naturalizados como patrimônio de uma coletividade (POSSAMAI, 2012). Zita Possamai (2012, p. 117) indicia que é então à história da educação que cabe “propor problemáticas a esses bens culturais na perspectiva do conhecimento histórico”, buscando assim as relações sociais que construíram a educação por meio das edificações.

⁴ Atualmente nominado como Escola de Educação Básica Conselheiro Mafra.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PATRIMÔNIO ESCOLAR DO GRUPO ESCOLAR CONSELHEIRO MAFRA NO SEU CENTENÁRIO

No centenário da fundação do Grupo Escolar Conselheiro Mafra foi publicada, entre 31 de outubro e 15 de novembro de 2011 no jornal *A Notícia* – o periódico de maior circulação na cidade nesse período –, uma série de reportagens contando histórias e trazendo depoimentos e fotografias para comemorar o centenário da instituição. As reportagens apresentam indícios das representações dos indivíduos sobre esse patrimônio cultural escolar inserido no cotidiano contemporâneo da cidade e foram desenvolvidas pela jornalista Gisele Krama, que contou com o auxílio de um grupo formado pela escola para a comemoração do centenário da EEB Conselheiro Mafra. Esse grupo era composto por professoras aposentadas e outros profissionais, que começaram a organizar o evento um ano antes. A festa já era pensada desde a década de 1990, quando se começou a buscar documentos com vistas a organizar as comemorações, no intuito de mobilizar as muitas pessoas que tinham relação afetiva com a EEB Conselheiro Mafra. A veiculação dessas reportagens atingiu muitas pessoas na cidade e também em outros municípios do estado, tendo em vista que *A Notícia* era nesse período um jornal com forte caráter local e com grande circulação.

Uma reportagem veiculada em 12 de novembro de 2011 explicita a preocupação do grupo de voluntários com a organização da festa do centenário do grupo escolar mais antigo do estado. Era grande a ansiedade para que a festa fosse bem-aceita. A reportagem expressa o amor dessas professoras à escola e a dedicação delas em organizar os festejos, apesar das dificuldades (na época houve interdição da escola e greve dos funcionários estaduais).

A festa foi realizada no dia 16 de novembro de 2011. Houve eleição de rei e rainha, espetáculo da Banda do 62.º Batalhão de Infantaria de Joinville, apresentação de videodocumentário produzido nesse período sobre os costumes e o modo de educação em Joinville no começo do século XX, teatro feito pelos atuais alunos e outras homenagens. Na reportagem, uma das professoras voluntárias aponta que não era voluntariado e sim um serviço de amor à escola, vestir a camisa por uma causa.

Além disso, o jornal destacou o pronunciamento do governador do estado sobre o projeto para restaurar o prédio de 75 anos, que apresentava sérios problemas estruturais, como já havia aparecido em reportagem do dia 7 de novembro de 2011, com destaque para outros momentos da história da instituição em que a estrutura do prédio apresentava precariedade, caracterizado pelo jornal como “problema de ontem e de hoje”. Mas isso não seria impedimento para as comemorações, considerando-se as expressões de sentimento nostálgico e enaltecedor que o jornal emprega ao se referir a esse importante patrimônio cultural da cidade.

A reportagem do dia 13 de novembro destacou o reconhecimento que o colégio tinha por sua rigidez e qualidade de ensino na cidade e apresentou uma atividade realizada com os alunos da 5.ª série, em que se pediu para que eles imaginassem a escola dali a 100 anos, no seu segundo centenário. As representações apreendidas dessa atividade relacionam-se mais com o presente do que com um futuro distante, de acordo com a reportagem: presença de mais árvores na escola, espaço de gramado para leitura, ampliação da biblioteca, fim das interdições por conta de problemas na estrutura, ginásio mais moderno, condicionadores de ar, mais conforto nas cadeiras, informatização do ensino e menos diferença da qualidade de ensino entre escolas públicas e privadas.

A diminuição da quantidade de alunos do colégio é apresentada na reportagem do dia 14 de novembro como consequência dos problemas estruturais. Na matéria há também memórias sobre a mudança para o prédio novo do grupo escolar em 1935, em que todos ajudaram, inclusive alunos, e o quanto a inauguração desse novo prédio, assim como as demais festas do colégio, foi marcante no cotidiano da cidade.

Numa das primeiras reportagens, do dia 1.º de novembro de 2011, o jornal trouxe as memórias de Maria Eugênia Gomes Ferreira, que foi aluna do grupo escolar. Ela destacou a

rígida disciplina da escola em sua formação e que também a empregou em suas práticas como professora posteriormente. Além das memórias sobre seu período como aluna, a professora indicou as dificuldades da sua vida profissional, como a quantidade de alunos em sala e a desvalorização do professor.

No dia 2 de novembro o jornal relembrou a importância do Padre Carlos Boegershausen como fundador do Grupo Escolar Conselheiro Mafra e denominou como “revolução no ensino” a chegada de Orestes Guimarães após a morte do vigário.

Diversas personagens foram apresentadas ao longo das reportagens, trazendo memórias, tanto tristes quanto alegres, mas todas saudosas e enaltecendo a instituição centenária: a transferência do prédio da instituição em 1935, os métodos e materiais pedagógicos que revelavam novas necessidades do ensino, os conteúdos das disciplinas, as brincadeiras no intervalo, as diversas associações de alunos (clubes de leitura, atividades agrícolas, atividades beneficentes, políticas etc.), com destaque para o Pelotão da Saúde. A reportagem do dia 5 de novembro destaca as atividades do pelotão, composto por meninos e meninas vestidos de enfermeiros e que fiscalizavam a higiene e a limpeza dos colegas, tendo como objetivo garantir a boa saúde dos estudantes (dentro de um contexto de educação higienista). O Pelotão da Saúde funcionou até 1970.

A reportagem de 9 de novembro destaca os “colegas célebres do colégio”, pois, como a escola foi por muito tempo a principal opção de ensino para os joinvilenses, por ali passaram alunos que posteriormente se tornariam pessoas de destaque na cidade e fora dela. Enfatizando advogados, médicos, políticos, grandes empresários e artistas, o jornal exaltou a memória desses joinvilenses célebres e dos anônimos em torno da instituição.

A reportagem do dia 11 de novembro é dedicada à memória das centenas de professores que passaram pela escola. As memórias dos alunos foram marcadas com lembranças de educadores dos mais variados estilos, e também se destacaram na reportagem aqueles que se tornaram colegas de profissão dos seus mestres.

O jornal foi um espaço de encontro e exposição das memórias relativas ao centenário do Conselheiro Mafra, sejam elas afetivas, pitorescas, tristes. Salientou o pioneirismo do Padre Carlos e seu ideal de trabalhar para que as crianças tivessem educação gratuita, mantida por meio de doações (posteriormente o governo também começou a prover recursos). Relatou também o processo de desenvolvimento desse “embrião”, por onde passou boa parte dos antepassados dos joinvilenses, até se tornar a escola Conselheiro Mafra. Entretanto o jornal também foi um espaço de reivindicação sobre a situação em que o prédio se encontrava na época (2011), com ameaças de interdição pela Vigilância Sanitária. Atualmente o prédio está interditado e os alunos estão tendo aula em local alugado próximo.

O tom nostálgico das reportagens engrandece, conforme elas mesmas definem, uma importante instituição joinvilense, reconhecidamente um marco na educação republicana em Santa Catarina. O jornal exalta o pioneirismo e a tradição do que considera ter sido uma das escolas mais respeitadas do estado de Santa Catarina. Por meio de pesquisa histórica e entrevistas, traz à tona memórias, sentimentos e representações sobre os dois prédios em que funcionou o grupo escolar, bem como justifica a relevância da escola enquanto formadora de joinvilenses célebres e anônimos, enaltecendo a história oficial da cidade. Busca nas comemorações do cinquentenário em 1961 um lugar de memória que justifique as homenagens em 2011, sensibilizando as novas gerações, alunos do colégio e a população para aquilo que reconhecem como importante patrimônio cultural de Joinville. Ao mesmo tempo, expõe em tom de denúncia a atual situação do prédio, de extrema precariedade, que prejudica o andamento das aulas, bem como a queda na qualidade do ensino, que já foi de referência na cidade.

São representações referentes a um passado rememorado de forma idealizada, mas que se refletem nas relações desses indivíduos com esse prédio na cidade contemporânea, uma memória que ainda circula e é repassada às novas gerações de diversas formas, destacando-se

os eventos comemorativos e a atenção dispensada pelo jornal. As representações veiculadas na mídia são tanto fontes para ancoragem quanto a própria objetivação do pensamento social; ou seja, um jornal cria representações ao fornecer conhecimento aos leitores, ao mesmo tempo em que as expressa ao expor uma opinião da linha editorial do jornal ou do jornalista. Por esse motivo, é possível afirmar que as representações apreendidas por meio da pesquisa remetem a uma compreensão dos significados e das representações sobre o Grupo Escolar Conselheiro Mafra de Joinville como um importante patrimônio cultural da cidade. Tal patrimônio não alude somente a um passado considerado digno de ser rememorado e ensinado aos novos joinvilenses, mas justifica uma atenção especial para suas condições atuais, uma vez que foi fonte inspiradora tanto nos métodos e saberes quanto na cultura escolar decorrente da nova formação primária no estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALMEIDA, A. M. O.; JODELET, D. (Orgs.). **Representações sociais**: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas. Brasília: Thesaurus, 2009.

A NOTÍCIA. Joinville, out.-nov. 2011.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CANDAU, J. Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holísticas. In: _____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

COSTA, I. A.; GABARDO, C. V. L.; FREITAS, D. A. de (Orgs.). **Tempos de educar**: os caminhos da história do ensino na rede municipal de Joinville/SC – 1851-2000. Joinville: Editora Univille, 2005.

ESCOLANO BENITO, A. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, p. 29-45, 2010.

GASPAR DA SILVA, V. L. Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006.

_____; TEIVE, G. M. Grupos escolares: criação mais feliz da República? Mapeamento da produção em Santa Catarina. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 10, p. 31-53, 2009.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da Sociologia clássica. *In*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PELLEGRINI, S. C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

POSSAMAI, Z. R. Patrimônio e história da educação: aproximações e possibilidades de pesquisa. **História da Educação**, v. 16, n. 36, p. 127-139, jan.-abr. 2012.

SALVADORI, M. A. B. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

SCHUELER, A. F. M. de; MAGALDI, A. M. B. de M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, 2009.

TEIVE, G. M. G.; DALLABRIDA, N. **A escola da República**: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas: Mercado de Letras, 2011.